



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006091-84.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos**
 Requerente: **Reginaldo Natal Catarino**
 Requerido: **Mara Nicolau Me Induspar Com Indústria de Luminárias e Lâmpadas e Afins**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter sido procurado pela ré, a qual estava interessada em seus serviços de eletricista para a instalação e retirada dos enfeites natalinos na cidade.

Alegou ainda que ficou avençado que o preço pelos serviços seria de R\$ 80.000,00, dos quais recebeu R\$ 50.000,00.

Almeja à condenação da ré ao pagamento do remanescente (R\$ 30.000,00).

A preliminar de ilegitimidade *ad causam* arguida pela ré em contestação entrosa-se com o mérito da causa e como tal será apreciada.

Pelo que se extrai dos autos, a contratação entre as partes foi feita verbalmente, não se materializando em instrumento algum.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Todavia, os documentos de fls. 04/19 prestigiam satisfatoriamente as alegações do autor.

Encerram contatos entre as partes por meio dos quais o autor insistentemente cobra a ré pelos serviços que havia prestado, acenando a mesma que a solução desse problema dependeria de reunião com o Prefeito Municipal.

Diante do impasse criado, é relevante notar que o autor em dado momento assim se posiciona: "Se vcs receberam ou não da prefeitura eu não tenho nada a ver com isso.. Pois o meu acerto foi com a empresa de vcs e não com a prefeitura de São Carlos.. Gostaria mesmo de um acordo pois sei q vcs serão prejudicados...pois tenho mtas provas ao meu favor sobre as instalações de Natal daquele ano.. Não fizemos contrato.. Mas acho q acordo foi feito e não foi honrado.." (fl. 18 - grifei).

De outra banda, é certo que a ré admitiu na peça de resistência que deveria fornecer enfeites de natal estabelecidos em licitação de que participou junto à Prefeitura Municipal sem que recebesse o que lhe era devido.

Acrescentou que depois em "acerto" (fl. 39, segundo parágrafo) com a Câmara Municipal de São Carlos, representada por seu Presidente, e agora já com a participação do autor, novos serviços foram ajustados mediante pagamentos que seriam concretizados pela Edilidade ou por seu Presidente, tocando ao autor R\$ 30.000,00.

Assim posta a questão debatida, reputo que prospera a pretensão exordial.

Com efeito, há provas documentais importantes que levam à convicção de que o autor foi contratado pela ré e que esta não lhe pagou pelos serviços que prestou.

O valor em aberto, inclusive, foi admitido por ela (fl. 39, penúltimo parágrafo), mas a justificativa dada a propósito não há de vingar.

Isso porque não foi amealhado sequer um indício que ao menos lhe conferisse verossimilhança ou começo de prova por escrito, de sorte que a produção da prova testemunhal propugnada pela ré não tem razão de ser.

De um lado, contratações perante o Poder Público não podem implementar-se pela maneira descrita na contestação e, de outro, a isolada oitiva de testemunhas para corroborar as palavras da ré encontra óbice nas regras dos arts. 443, inc. II, e 444 do Código de Processo Civil.

O quadro delineado impõe, portanto, desde já o acolhimento do pleito formulado.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 30.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 05 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**